

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
UNIDADE UNIVERSITARIA DE GOIAS**

ADONES JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR

**ANÁLISE DA FORMA DE PRODUÇÃO COLETIVA EXISTENTE NO
ASSENTAMENTO SÃO JOÃO DA LAVRINHA E SUA RELAÇÃO COM A
MANUTENÇÃO DAS PARCELAS LOCAIS**

**GOIÁS- GO
2012**

ADONES JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR

**ANÁLISE DA FORMA DE PRODUÇÃO COLETIVA EXISTENTE NO
ASSENTAMENTO SÃO JOÃO DA LAVRINHA E SUA RELAÇÃO COM A
MANUTENÇÃO DAS PARCELAS LOCAIS**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade universitária de Goiás-GO, como um dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Msc. José Braga Coelho

**GOIÁS- GO
2012**

ADONES JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR

**ANÁLISE DA FORMA DE PRODUÇÃO COLETIVA EXISTENTE NO
ASSENTAMENTO SÃO JOÃO DA LAVRINHA E SUA RELAÇÃO COM A
MANUTENÇÃO DAS PARCELAS LOCAIS**

Monografia:

Banca Examinadora:

Prof. Ms. Orientador José Braga Coelho

Prof. Dr. Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Prof^a. Msc. Elizabeth Maria de Fátima Borges

**GOIÁS-GO
2012**

Dedico esse trabalho a meus pais, que me ensinou a viver com caráter e dignidade, mas especialmente pelo amor e dedicação que eles proporcionam em minha história de vida.

AGRADECIMENTOS

É neste momento que temos a oportunidade de homenagear e agradecer todos aqueles que nos auxiliaram na jornada de vida.

Primeiramente agradeço a Deus por todas as oportunidades que possibilitou a minha vida, inclusive o ingresso na universidade e por ter me dado a vida, uma família muito especial e amigos maravilhosos.

Agradeço especialmente as pessoas mais importantes da minha vida, meu pai, Adones José dos Santos e a minha mãe Maria Procedonia dos Santos, que sempre me incentivaram e me apoiaram, confiando em minhas decisões e estando ao meu lado.

Agradeço a todos os parentes que me incentivaram direta ou indiretamente, colaborando nos momentos de formação do meu caráter.

Agradeço aos meus amigos, por terem estado ao meu lado na alegria e na tristeza, e me reprimindo quando necessário, mas que nunca desistiram de mim.

Agradeço a Samara Raquel Morais Pereira, que é uma pessoa muito importante pra mim, que têm estado ao meu lado em todos os momentos.

Enfim, agradeço todos aqueles que contribuíram na realização desse trabalho, seja através de orientações, sugestões ou entrevistas. A todos meu muito obrigado.

Na longa estrada que me trouxe até aqui muitas pessoas passaram pela minha vida, com quase todas posso dizer que aprendi algo, no entanto ainda estou aprendendo a viver.

[...]
Fé em deus que ele é justo!
Ei irmão, nunca se esqueça
Na guarda, guerreiro levanta a cabeça,
truta
Onde estiver, seja lá como for
Tenha fé, porque até no lixão nasce flor...
(Racionais)

RESUMO

Apresenta-se nesse trabalho a luta pela conquista da terra, que organizada de forma coletiva teve início em Goiânia, e deu origem ao Assentamento São João da Lavrinha, no município de Goiás-GO. O processo de ocupação do latifúndio improdutivo contou a ajuda do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no entanto, a terra prevista passava por um processo de inventário familiar. Após a desapropriação consta-se que 73 famílias foram assentadas, porém condição em que se encontravam essas famílias assentadas e dificuldades financeiras que passavam fez com que muitos desistissem, permanecendo apenas 28 famílias. Assim, o objeto de pesquisa desse trabalho monográfico busca ressaltar quais práticas coletivas são trabalhadas no Assentamento, que são instrumentos de manutenção das parcelas.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento Rural. Reforma Agrária. Luta.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Foto 1- Foto dos camponeses em mutirão, quando ainda estavam acampados..... | 43 |
| Gráfico 1- Demonstrativo do número de pessoas por família do assentamento..... | 44 |
| Gráfico 2- Demonstrativo de famílias que obtiveram a parcela pela luta e pela compra..... | 45 |
| Gráfico 3: Demonstrativo no modo de produção..... | 46 |
| Foto 2- Criação de porco caipira, que é complemento de renda de um assentado. | 47 |
| Foto 3- Plantação de mandioca em uma parcela do assentamento..... | 48 |
| Gráfico 4: Demonstrativo da renda dentro da parcela..... | 49 |
| Foto 4- Resfriador de leite adquirido pela associação dos assentados..... | 50 |
| Gráfico 5: Demonstrativo de sugestões para melhor o Assentamento..... | 51 |

LISTA DE SIGLAS

CEB's- Comunidades Eclesiais de Base

CPT- Comissão Pastoral da Terra

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER- Empresa Brasileira de Assistências Técnica e Extensão Rural

EMGOPA- Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária

FETAEG- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

FETRAF- Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

PC- Partido Comunista

PT- Partido dos Trabalhadores

PNRA- Plano Nacional Reforma Agrária

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas

ULTABE- União dos Trabalhadores

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| 1TERRITÓRIO..... | 12 |
| 1.1 Territorialização e Desterritorialização..... | 15 |
| 1.2 Campesinato e território..... | 17 |
| 1.3 Práticas Produtivas..... | 20 |
| 2 A POSSE DA TERRA NO BRASIL..... | 25 |
| 2.1 A luta camponesa no Brasil..... | 29 |
| 2.2 A Reforma Agrária..... | 34 |
| 3 PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JOÃO DA LAVRINHA..... | 38 |
| 3.1Histórico..... | 38 |
| 3.2 A Prática Coletiva no Assentamento | 42 |
| 3.3 O Assentamento na Atualidade | 44 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| REFERÊNCIA..... | 53 |
| ANEXO..... | 55 |
| ANEXO A- Carteira de um membro da Comunidade, fundada pelo senhor João Rosa | |
| ANEXO B- Questionário aplicado com as famílias assentadas | |
| ANEXO C- Fotos da época em que estavam ainda acampados. | |
| ANEXO D- Fotos atuais nas parcelas do assentamento São João da Lavrinha | |

APRESENTAÇÃO

O Assentamento São João da Lavrinha é apenas mais um dentre os 22 assentamentos rurais de Reforma Agrária existentes no município de Goiás-GO, que por sinal é considerado por vários pesquisadores do tema como um dos municípios que possui maior número de assentamentos de Reforma Agrária de Goiás e do Brasil.

Para a realização do presente trabalho de pesquisa, algumas atividades metodológicas foram realizadas. A monografia foi dividida em três capítulos, conforme mostrado a seguir:

No primeiro capítulo, foi apresentado o resultado de uma pesquisa bibliográfica que proporcionasse condições teóricas para discussão a respeito de uma categoria de análise geográfica, a qual neste caso foi discutida sobre “o território”. Da mesma forma também foi discutido teoricamente o conceito de campesinato inserido nesse território.

No segundo capítulo, também como resultado de uma pesquisa bibliográfica, foi apresentada discussão teórica sobre “a posse da terra no Brasil”, assim como sobre “a luta camponesa no Brasil”. De posse dessa fundamentação teórica, ficou mais fácil o entendimento teórico conceitual da Reforma Agrária como instrumento da classe dos trabalhadores rurais sem terras.

Já no terceiro capítulo, foi à vez da apresentação do objeto dessa pesquisa, que é o Assentamento São João da Lavrinha, quando é feito um estudo no período de 1990 a 2012. Inicialmente apresentou-se seu aspecto histórico e sua localização, para depois apresentar como resultado da pesquisa dados sobre a atualidade do assentamento, no que se refere à produção, rentabilidade e questões sociais locais.

Através de relatos dos moradores mais antigos, dentre eles meu pai, foi possível fundamentar a pesquisa com base nos fatos verídicos vividos pelos assentados, além de ter a oportunidade de pessoalmente presenciado toda a luta camponesa que levou a originar o Assentamento São João da Lavrinha.

Dessa forma, de posse dos dados sobre o assentamento, foi possível analisar a relação da forma de produção existente, com a manutenção das parcelas no assentamento.

1 TERRITÓRIO

Para uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo que aborda a forma de produção coletiva existente no Assentamento São João da Lavrinha e sua relação com a manutenção das parcelas locais, buscou-se fundamentar em teorias voltadas ao conceito de território, campesinato e as práticas produtivas dos assentamentos.

O conceito de território foi muito utilizado ao longo da história da Geografia. Para Geografia tradicional o território era conceituado como espaço concreto, e desta forma ser apropriado por um agente, ou grupo social, tendo em vista que se delegava a esta apropriação uma relação de poder, criada pelo homem em um determinado espaço delimitado.

Já o território para Souza (2001), é muito mais amplo do que o território conceituado na Geografia tradicional, pois o espaço não é concreto em si, apesar dele não desconsiderar a sua concretude, mas as relações de poder espacialmente delimitadas que operam em uma base. O autor destaca também que o território pode ser instável, desta forma ser construída e dissolvida rapidamente e até mesmo de forma cotidiana. Assim, o território é essencialmente um conjunto de relações sócias, um campo de forças. Partindo deste entendimento, pode-se fazer uma distinção dos territórios de acordo com os sujeitos que os constroem sejam eles um grupo social, o estado, empresas ou instituição, como igreja por exemplo. Desta forma, apropria-se do território como uma busca de controle.

O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo. (SOUZA, 2001, p.78,)

Continuando este raciocínio o autor destaca também que a palavra território é associada muitas vezes ao estado, à nação, em grandes espaços e até mesmo a sentimentos patrióticos. Mas não é necessário reduzir o território somente a esta escala nacional ou a figura do estado. Territórios existem e são construídos em diversas escalas, desde as menores até as maiores, como por exemplo, uma rua

e um território nacional. Porém, podem ser construídos e desconstruídos, também em escalas temporais diferentes, como séculos, anos, meses e até mesmo dias. O autor destaca ainda que o processo de territorialização prega de certo modo, uma flexibilização da visão do que seria o território, onde o território seria uma teia ou rede de relações sociais.

Carlos (2007) afirma que o conceito de território foi muito importante para a história da Geografia. Nas contribuições atuais, um dos fatores que têm sido apontados para a sua constituição é de poder do estado, e também se alia a ele os poderes exercidos na gestão regional e local, além dos poderes individuais e de grupos. Esse conceito também tem a ver com a problemática relacionada aos indivíduos e seus lugares de prática.

Segundo a autora, apesar de a globalização ter proporcionado uma suposta ruptura da territorialização com as culturas, verifica-se no presente o enfrentamento de diversos grupos pela posse dos territórios.

O território também é visto como campo de força de múltiplas escalas e pode ser produzido por meio da apropriação e também da ocupação de um espaço por um agente, que pode ser o estado, uma empresa, grupos sociais e até mesmo um indivíduo. Ele ocorre em diversos graus, portanto, em momentos diferentes e em lugares variados. Deste modo, a população é um agente do território, pois estabelece limites entre si e com os outros.

[...] todos nós elaboramos estratégia de produção que se choca com outras estratégias de apropriação e uso dos territórios. Além disso, a constituição do território, com relação social projetada no espaço, pode dar-se por longo tempo ou por apenas poucos minutos, tornando-o regular ou periódico, estável ou instável, flexível ou inflexível. Nesse processo de constituição, não se pode desconsiderar um processo simultâneo de identificação, maior ou menor, de grupos ou individual, com aquele “lugar” que está sendo apropriado. (CARLOS, 2007, p.54).

O território para Costa (1994) sempre teve ligado ao poder, mais não se limita ao poder político. O território diz respeito tanto ao abrigo, no sentido de moradia e recurso de alimentos, e o de poder concreto, aquele de dominação o funcional e de valor de troca, além do simbólico que está cheio de marcas do “vivido”, sendo múltiplo, diverso e complexo, num processo de dominação mais subjetiva que tem valor de uso.

Para o autor, o simbólico sempre está em conflito com o funcional, pois o funcional propõe apropriação, desigualdade e exclusividade, um território de recursos e produtor de lucros. Já o simbólico parte do princípio da multiplicidade das diferenças culturais, destacando o território com valor simbólico. Mas, ao mesmo tempo em que os dois se chocam, o simbólico e o funcional se interagem em diferentes combinações, ao exercer domínio do espaço tanto para realizar funções, quanto para reproduzir significados. Assim sendo, o território nunca aparece de forma pura, totalmente funcional, ou simbólica.

Costa (2004) afirma ainda que a territorialidade, além de incorporar uma relação estritamente política, também está ligada as relações econômicas e culturais. Onde os camponeses, por exemplo, usam a posse da terra, se apropriam e se organizam no espaço, dando sentido ao lugar.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE apud COSTA, 2004, p.6775)

Para Santos (1996), de certa forma o território usado é sinônimo de espaço geográfico, assim sendo indispensável para a compreensão do mundo presente. Sendo necessário fazer uma separação do conceito de território hoje, de modo a distinguir aquele que é de todos, ou abrigo de todos, daquele de interesses das empresas. De forma que o primeiro é o território que ele chama de “normado”, o nacional, sendo o segundo como recurso material. Partindo deste entendimento, o autor afirma que o território usado pode ser compreendido através de uma mediação entre o mundo, a sociedade nacional e local, sendo que deste modo o território passa a ser por excelência uma categoria integradora.

É importante ressaltar que, para o autor o território usado é uma categoria fundamental para a elaboração do futuro, e o uso do território acontece pela dinâmica dos lugares.

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 1996, p.16).

Sobre territorialização e desterritorialização, é que serão pautadas as discussões no próximo tópico.

1.1 Territorialização e Desterritorialização

Fernandes (1998) destaca que no processo de luta pela terra, a partir do momento que o assentamento é conquistado gera a territorialização, passando a ser uma fração do território no momento que é trabalhado pelo camponês, e que conseqüentemente passa ser o seu território. O processo de luta pela conquista da terra assume um papel de territorialização a partir do momento que um assentamento é conquistado, quando também abre a possibilidade de conquista para outros serem conquistados. Assim, ao ser conquistado pelos camponeses sem terra, esses se territorializam.

Correia (1996) coloca em destaque que a territorialidade seria um conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas, possível de garantir a apropriação, dominação e permanência de certo território por um agente social, podendo ser o estado ou grupos sociais, e até mesmo empresas.

A grande corporação dispõe de uma territorialidade complexa, que implica desterritorialidade e re-territorialidade, ambas partes integrantes da territorialidade. Esta por sua vez, constitui-se em causa e conseqüência de seu poder que pode alcançar uma dimensão nacional. Certamente tem uma dimensão local, afetando os interesses dos pequenos lugares do amplo território da corporação. (CORREIA, 1996, p.256).

De acordo com Costa (2004), os objetivos do processo de territorialização, ou de dominação e apropriação do espaço, podem variar de acordo com os espaços. Assim, as sociedades tradicionais atribuíam ao território uma característica funcional material, o território como abrigo, como fonte de alimentos e de profunda identificação. Já nas sociedades modernas (por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar”. Sendo que na

sociedade pós-moderna está em vigor as mobilidades dos fluxos, desta forma o território é concebido como espécie de rede. Tendo em vista este entendimento, o autor coloca quatro grandes “fins” ou objetivos da territorialização:

- abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira);
- disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indevido através de espaços também individualizados);
- construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxo de pessoas, mercadorias e informações). (COSTA, 2004, p. 6778).

O autor destaca que na complexa relação de redes, áreas ou zonas, como fundamental constituinte do território, podem destacar a enorme diversidade de tipos e níveis de apropriação, dominação e controle do território. Também apontam várias modalidades de territorialização que propõe de certa forma múltiplos territórios. Aponta uma territorialização mais fechada, que parte do sentido, de imposição entre poder político e identidade cultural, que estão ligados ao fenômeno territorial, como é o caso dos grupos étnicos que não pretende serem homogêneos culturais.

Destaca ainda a territorialização partindo do modo político-funcional, está relacionada com o poder do estado-nação, mesmo que admita de certa forma uma pluralidade cultural. Existe a territorialização denominada flexível, que permite uma sobreposição territorial, podendo ser de forma sucessiva, como é o caso dos espaços multifuncionais ou periódicos, que estão presentes nas áreas centrais das grandes metrópoles. Existe também a territorialidade concomitante, que é o da sobreposição “encaixada” das políticas administrativas.

Mas, um enfoque indispensável que o autor coloca sobre a territorialização em uma perspectiva geográfica, é o que vê a territorialização como um modo de apropriação e domínio, tanto político quanto cultural do espaço, pelos grupos humanos. E que se torna necessário a cada um territorializar-se como um recurso básico, mas não colocando o território como determinante da vida humana, mas em um sentido mais amplo, múltiplo, dinâmico e relacional. Uma observação importante que o autor faz é que a territorialização e a desterritorialização se relacionam ou de certo modo se contradizem, que uma passa a ser agravante da outra.

Assim a modernidade não pode ser definida sem sua contraface, o tradicional, a desterritorialização está indissociavelmente ligada com a (re) territorialização, pois na prática proliferam as interações e as ambigüidades. Podemos afirmar que o que caracteriza o espaço moderno é, tomando por empréstimo o termo de LATOUR (1991) num contexto pouco diferente, a hibridização e os ritmos acelerados que transpõem territorialização e desterritorialização. (HAESBAERT,2001,p.198).

De acordo com Haesbaert (2001), a desterritorialização deve ser tratada sobre tudo no que se refere à dimensão espacial da sociedade, destaca que uma dimensão possível dos processos de desterritorialização, está ligada a busca constante da superação das distâncias, sendo que a tentativa de superar os entraves espaciais pela velocidade seria uma desterritorialização relacionada à busca de sobreposição de fronteiras e hierarquia.

A desterritorialização partindo de um sentido mais amplo é muitas vezes entendida como sinônimo de globalização financeira, a partir da formação de mercados mundial com fluxo comercial financeiro, e informações cada vez mais independentes de bases territoriais definidas como é o do território nação.

Num sentido ainda mais restrito, desterritorialização seria um processo vinculado notadamente a um setor específico da economia globalizada, o setor financeiro, onde a tecnologia informacional tornaria mais evidente tanto a imaterialidade quanto a instantaneidade (e a superação do entrave distância) nas transações, permitindo assim a circulação de capital (puramente especulativo) em “tempo real”. (COSTA, 2004, p.174).

Costa (2004) coloca a desterritorialização como um mito, dos que imaginam que homem pode viver sem território, que até mesmo a sociedade possa ter uma existência sem territorialidades, o mesmo desconsidera que todo processo de destruição de territórios acaba por gerar novas bases para uma re-territorialização.

Colocando a desterritorialização em uma forma clara, o autor destaca que ela serve primeiramente para a destruição de qualquer tipo de barreira espacial, e prega uma clara fluidez do circuito do capital global financeiro, procurando alcançar o desaparecimento do estado, e assim atribuindo todo o poder as forças do mercado.

O próximo tópico apresenta a conceituação de campesinato, bem como a maneira que se dá a sua inserção no território.

1.2 Campesinato e Território

Desde a origem das civilizações já existia o campesinato, pois ele tem importância na história da humanidade, uma vez que as primeiras sociedades camponesas derivaram as culturas urbanas.

A Enciclopédia Barsa define o campesinato como um grupo social formado pela massa de trabalhadores da terra e pequenos proprietários rurais. O produto de seu trabalho destina-se primordialmente ao sustento da própria família, podendo ser vendido ou não o excedente da colheita. O campesinato cultiva extensões limitadas, usando instrumentos e técnicas rudimentares e mão de obra familiar.

Para que possamos ter um melhor entendimento do campesinato é necessário partir do seu conceito. Fernandes (2009) destaca que em termos gerais o campesinato é constituído de poliprodutores que são integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo.

O autor destaca que o campesinato possui três camadas: uma onde os camponeses ricos, possuem animais de lavoura e transporte, e que tem condição de contratar assalariados; outra onde há camponeses remediados, que contam com os serviços braçais, e utiliza a família como força de trabalho; e a última onde há jornaleiros, trabalhadores sem terra que trabalham para fazendeiros de forma assalariada ou por temporada, conhecidos também como “bóias-frias” brasileiros.

A história do campesinato no Brasil ficou conhecida como uma categoria de produção, de forma variável a qual abrangesse e sustentasse o mercado consumidor, onde se encontrava cultivadores, agricultores, extrativistas, e que normalmente era composta pela mão-de-obra familiar.

Para os camponeses o trabalho era mais que uma forma de sustentabilidade, era seu patrimônio material, o qual através de valores sociais relacionados às alternativas de reprodução familiar, condicionaria herança a seus filhos. Assim, o camponês se encontra dentro de uma forma política, onde lutava por seus objetivos socioeconômicos, e esquecia-se do seu lado cultural.

Mas,

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (GODOI, 2009, p. 11).

Dessa forma, a política do campesinato é reconhecida como produtores familiares que se constitui com modalidades distintas, onde as lutas sociais são marcadas por conquistas de espaços e ameaças de destruição.

O autor afirma ainda que a história contada evita lembrar esses acontecimentos apagando os movimentos sociais camponeses brasileiros, por mando das políticas para tirá-los de seus territórios e pela exclusão da história, criando versão que o homem do campo é apenas um pobre coitado, isolado da cultura, analfabeto e mal alimentado.

A presença do camponês acaba por se tornar algo indesejável a partir do momento em que seu espaço conquistado é tido como objeto de cobiça, por aqueles que se colocam socialmente como seus opressores.

É preciso entender que a um conjunto de fatores que constitui a tradição do campesinato brasileiro.

Estratégias que visam, entre outros objetivos, à busca do acesso aos recursos produtivos para a reprodução familiar e a exploração de alternativas, oferecidas pelas experiências particulares ou oficiais de incorporação de áreas improdutivas ou fracamente integradas aos mercados. (GODOI, 2009, p.13)

Os camponeses em sua formação social brasileira vivem situações diversas e singulares, uma forma de acesso livre aos recursos da terra, da floresta e das águas. Com isso, a modo de vida é valorizado a partir das formas de apropriação, redistribuição, consumo de bens materiais e sociais produzidos ao longo da história camponesa brasileira.

Os produtores que fazem parte da organização camponesa no Brasil participam da construção social nacional. Fernandes (2009) destaca que o campesinato conta com três faces: o que primeiro que representa um pólo de contradições do capital no Brasil, que consiste na incapacidade de se “libertar” da

propriedade fundiária. A importância que a terra tem nos dias de hoje, é considerado elemento que pode corresponder ou não a reprodução do capital, onde gera briga entre o proprietário concentrador de terras (improdutivas) e aqueles que não têm terra. Criando duas situações: uma que constituindo-se dos pilares de sua estrutura social e outro que causa a luta dos camponeses pela construção de seu patrimônio e sua existência; o segundo é a luta pela terra e pelo acesso a outros recursos produtivos formas de resistência que representa às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em más condições para assegurar a reprodução da família. E por último, a valorização da forma de produzir do camponês, onde se encontra as práticas produtivas, as formas de uso da terra, e as relações com os recursos naturais.

Ainda segundo o autor, encontra-se presente, até nos dias de hoje, as características do campesinato que existia na época dos senhores feudais, onde a família comandada pelo pai explorava uma propriedade, com o trabalho voltado a satisfazer suas necessidades de subsistência da família. Hoje mas do que antes o campesinato tem uma relação econômica com a cidade, onde cabe ao camponês produzir mais continuar a abastecer a cidade. Assim além de existir camponês proprietário, sempre haverá:

- Posseiros: pessoas localizadas em propriedades sem autorização;
- Parceiros: pessoas que alugam e pagam com porcentagem da colheita;
- Arrendatários: pessoas que alugam terras e é um valor fixo, independente da colheita obtida;
- Agregados: pessoas que moram em propriedades monoculturas, cultivam e pagam aos proprietários com o dia de serviço;
- camponês sem terra: pessoas que alugam seu trabalho.

A seguir será feito uma discussão teórica sobre práticas coletivas e/ou produtivas, uma vez que faz parte dessa pesquisa um estudo sobre práticas produtivas existentes no Assentamento Lavrinha, no Município de Goiás, e sua relação com a manutenção das parcelas.

1.3 Práticas Produtivas

A discussão da idéia de coletivo, ou de práticas coletivas no meio camponês tem longa data e diferentes concepções. De acordo com Fabrine (2006),

estas discussões estão situadas na internacional comunista, onde teve o confronto de dois pontos de vista diferente, o marxista e o proudhoniano. O marxista partia de um entendimento tradicional que dava eficácia a concentração do capital e uma nacionalização das terras e a formação de grandes unidades produtivas. Já os proudhuniano partiam da idéia da apropriação privada do camponês.

O autor também destaca que a revolução socialista e a revolução russa teve grande importância nas discussões e concepções do campesinato.

Verifica-se ainda que as discussões sobre o campesinato foram norteadas, principalmente, pelo seu papel na revolução socialista. Foi a partir da possibilidade da participação dos camponeses nos processos revolucionário que foram formulados e aprofundadas as concepções teóricas e políticas sobre eles. A revolução russa, por exemplo, foi um importante momento de formulação e aprofundamento das concepções teóricas sobre o campesinato. (FABRINE, 2006, p. 7).

Segundo o autor, a teoria marxista, tentou interpretar o campesinato na divisão da sociedade, considerando classe e conflitos presentes entre elas, partindo desta concepção o camponês foi teorizado pelo seu fim. Deste modo, não tinha lugar para ele no capitalismo e ate mesmo no socialismo. “Em vista da forma como o camponês estava inserido no mundo da produção (produção familiar individual) não era possível à consciência e as práticas coletivas entre eles” (FABRINE, 2006, p. 7). Uma forma para o camponês tornar-se um sujeito político seria transformando-se em um operário agrícola, que deste modo poderia colaborar na revolução e na construção do socialismo.

O entendimento e que no processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e uma aversão as atividades coletivas, diferente do que ocorre com a produção capitalista nas indústrias. A coletivação da terra, trabalho, instrumento, gestão da produção, sintetizada numa cooperativa, seriam condições para a superação da consciência camponesa e, conseqüentemente, construção da consciência coletiva. Assim a “base” material em que os camponeses inseridos não permitiam que eles se constituíssem em sujeitos políticos revolucionários. (FABRINE, 2006, p.7 e 8).

Partindo deste entendimento os camponeses teriam que seguir o exemplo dos operários revolucionários para ter a “salvação”, “esta salvação passava pela necessidade de assimilação da produção coletiva, semelhante aquela existentes em uma fábrica”. (FABRINE, 2006, p. 8).

Já as práticas coletivas dos camponeses da reforma agrária, segundo Fabrine (2006) destacam-se as cooperativas que muitos órgãos (MST, MPA, Fetraf,

etc.) e até mesmo estudiosos da área agrária entende que as cooperativas são uma forma de organizar as atividades coletivas dos camponeses, e uma garantia de sobrevivência, mesmo considerando as grandes dificuldades para sua manutenção.

As cooperativas agrícolas são entendidas como forma de superar as mazelas do sistema capitalista por meio das ações coletivas. Mas, as manifestações coletivas entre os camponeses não estão restritas as cooperativas e surgem muitas outras manifestações, a formação de grupo de assentamentos, associação, comunidade, núcleo de produção, etc. (FABRINE, 2006, p. 9).

O MST defende as cooperativas agrícolas nos assentamentos, e entende que estas são uma forma de fortalecer o processo de luta pela reforma agrária, e objetivando o benefício econômico e produtivo dos camponeses, e “devem contribuir para a conscientização política dos assentados, posicionando-se favoravelmente a luta dos trabalhadores” (FABRINE, 2006, p. 10).

Segundo Fabrine (2006), o processo de apropriação da terra e seus meios de produção sendo coletiva ou individual assume um conteúdo político-ideológico, apropriação privada e a exploração familiar da terra permitem uma reprodução da consciência dos trabalhadores, e que esta consciência do privado deve ser superada para o coletivo. [...] “Trata-se da construção de consciência coletiva forjada no processo de produção coletiva de mercadorias, semelhante ao que ocorre numa fábrica” (FABRINE, 2006, p. 10).

Transformar a ideologia do camponês: substituir “meu” pelo “nosso” e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo. - E ainda – A agricultura não conseguiu se desenvolver se cada assentado ou pequeno agricultor familiar continuar fazendo tudo sozinho ou com sua família. Fazendo deste o preparo do solo até a colheita. E cada um plantando um pouco de cada e criando tudo o que for ‘bicho. (FABRINE apud COMCRAB, 1998, p. 13 e 21).

Este modelo de produção que o MST se pauta torna a produção das cooperativas cada vez mais semelhante à lógica capitalista e deste modo não atendendo as necessidades dos camponeses. “É uma lógica que sobrepõe os interesses “acumulativos” as necessidades básicas de cada assentado. Assim, há a necessidade de produção em escala cada vez maior para gerar excedente”. (FABRINE, 2006, p. 13).

De acordo com Lacerda (2007) os camponeses estão de forma permanente no desenvolvimento de práticas coletivas, seja nas estratégias de

convivência e de sobrevivência, seja na organização do trabalho agrícola, e que estas fazem parte da sua cultura.

Os camponeses estão em um permanente processo de desenvolvimento de práticas coletivas, a exemplo das estratégias de convivência, sobrevivência e diminuição do dispêndio de energia física no trabalho agrícola, ou seja, estas práticas estão institucionalizadas por princípios e preceitos estabelecidos e consolidados culturalmente, ao longo de seu desenvolvimento histórico, os quais também lhes mostram resultados satisfatórios, tanto qualitativa, quanto quantitativamente. (LACERDA, 2007, p. 5)

O autor ainda destaca para que, possa inserir uma proposta de cooperação aos camponeses assentados, deve-se levar em conta toda a sua história de vida, desde antes de participar do projeto de assentamento de reforma agrária, pois já carrega experiência e vivência com as práticas de cooperação, sendo que a maioria já eram camponeses. “Existem diversas formas de cooperação, algumas até sutis, passando despercebidas, ou não sendo consideradas como formas de cooperação. Um exemplo é a ajuda entre vizinhos em caso de doença, cuidando dos filhos quando os pais necessitam se deslocarem até o meio urbano para resolver algum problema, além de outras”. (LACERDA, 2007, p. 6)

Estas considerações são feitas para chamar a atenção à reflexão sobre diversas formas de atividades coletivas historicamente engendradas pelos sujeitos sociais hoje assentados, como o mutirão, a troca de dias de trabalho, os grupos de famílias, para não se estender nos exemplos. Como processos de cooperação simples, como espaços de práticas já instituídas, devendo ser encarados como empreendimentos sociais nos quais se deveria investir enquanto possibilidades de prosseguimento destas práticas até se chegar a formas mais complexas e elaboradas de cooperação, sendo esta a motivação proposta à reflexão neste artigo. (LACERDA, 2007, p. 6)

O autor acrescenta que estas práticas coletivas, como os mutirões, trocam de dias de trabalho faz com que, grupo familiar faça parte do dia a dia do camponês, como meio de solucionar os problemas financeiros para a realização de atividades agrícolas como: plantio, colheita, limpeza da lavoura, construção, reforma de cercas e outras atividades. Esta atividade também proporciona de certo modo uma interação social. “[...] como coloca o autor, surgido para superação das dificuldades estruturais e econômicas, estas práticas foram, pouco a pouco, se incorporando à dinâmica camponesa e se convertendo em práticas regulares”. (LACERDA, 2007, p. 7).

No entanto, nem todos os assentados pensam que essas práticas coletivas são benéficas, muitos pensam que se tivessem o dinheiro de serviços prestados fora da parcela será melhor.

O que tem sido observado nos assentamentos é que as práticas da cooperação desinteressada estão, aos poucos, cedendo lugar àquelas interessadas e individualizadas, nas quais está envolvida a retribuição em dinheiro, como único mediador das relações. Talvez pela ânsia utópica de se implementar, desde a constituição dos assentamentos, as formas de cooperação complexas estejam sendo desestimuladas as formas de cooperação desinteressada, as quais, gradativamente, começam a perder espaço frente ao avanço do capitalismo no campo. (LACERDA, 2007, p. 9).

O autor acrescenta ainda que esta forma de práticas de cooperação, até 1999 não era considerada pelo MST, mas através de reflexões esse quadro mudou, e a partir daí o mutirão, as trocas de dia de trabalho, o compadrio, são formas simples de cooperação, como um caminho para chegar as mais complexas.

No próximo capítulo será feita uma discussão teórica e histórica sobre a posse da terra no Brasil, com a finalidade de facilitar o entendimento sobre a luta dos sem terras, bem como sobre a constituição dos assentamentos rurais de reforma agrária.

2 A POSSE DA TERRA NO BRASIL

Este capítulo conta de forma sucinta a história da posse da terra no Brasil, onde ocorreram diversas lutas camponesas; bem como através destas fez surgir o projeto de Reforma Agrária.

Segundo Diniz (2005), a história de posse no Brasil começa com pela ocupação de terras brasileiras pelos capitães descobridores em nome da coroa, ou seja, Portugal. Fazendo com que fosse empregado um modelo português de propriedade em nosso país.

Dessa forma, em 1530 a coroa portuguesa em busca de estruturar um sistema administrativo sobre o território brasileiro, programava uma modalidade econômica lucrativa dentro dos interesses mercantis. No entanto, havia dois problemas a serem solucionados: um a presença dos franceses no litoral, que constituía ameaça à soberania portuguesa, e em segundo lugar a necessidade de equilibrar a econômica para suprir as demandas, cada vez mais insustentáveis do comércio oriental.

Sabe-se que ao pensar em distribuir as terras do Brasil, uma vez que a Coroa portuguesa tinha que procurar um meio de lucro para abastecer suas economias, surgindo assim às sesmarias. Portanto, o sentido das sesmarias distribuído no Brasil era fortemente adversa daquilo praticado em Portugal, onde a verdadeira intuição era fazer a terra produzir.

A área dividida, ou cada uma das partes, levava o nome de *sexmo*. O vocábulo sesmaria derivou-se do termo “sesma”, correspondente a 1/6 do valor estipulado para o terreno. “Sesmo” ou “sesma” também poderia ter sua origem que na época era chamado no verbo “sesmar” (avaliar, estimar, calcular), ou ainda, significar um território repartido em seis lotes, nos quais, durante seis dias da semana, exceto Domingo, trabalhariam seis sesmeiros. (DINIZ, 2005, p.2)

As sesmarias em Portugal eram terrenos não explorados, entregues pela Coroa portuguesa, para pessoas que se comprometessem a colonizá-la dentro de um prazo estabelecido, isso desde o século XII. Porém, as terras continuavam a pertencer ao Estado Português, as pessoas possuíam o direito de usufruir da propriedade, mas não tinham o direito como donos. Dessa forma, “as sesmarias não comportavam assim nenhum laço de dependência pessoal. Mesmo se estabelecendo, em princípio, a necessidade de ser cristão para receber a terra, aqueles que se dispusesse a lavrá-la, poderiam recebê-la.” (Diniz, 2005, p.3).

Esse modelo sesmarial de dividir a terra no Brasil fracassou e como modo de tentar uma divisão que funcionasse, veio a utilizar uma divisão através de capitâneas hereditárias, mais que o tempo foi responsável pelo seu fracasso também. Com a decadência comercial do pau-brasil foi implantada o cultivo da cana de açúcar, que era de grande valor no mercado europeu e era uma forma de assegurar a posse de um território tão imenso e cobiçado, e foi a com a implantação desta economia açucareira foi lançada a pedra inaugural da agricultura, com base na grande propriedade.

Através do governo de Tomé de Souza e que se inicia grandes mudanças na legislação das sesmarias, e concretizando o espírito do latifúndio no Brasil.

[...] segundo Cirne Lima, o cerne da transformação do regime sesmarial, sua adaptação às condições do vasto território colonial e que marcaria definitivamente sua estrutura fundiária: um princípio novo veio a vigorar, trazendo-lhe o prestígio da lei escrita, o espírito da latifúndio. (NOZOE, 2006, p. 591)

Deste momento em diante estalou-se neste período no Brasil, pelos portugueses uma política de monocultura e latifundiária onde só possuía terras que era dono de escravos e esta terra era proporcional a quantidade de escravos, e desta forma favorecendo uma minoria.

Já no século XIV a Lei da Colônia, proporcionou o aparecimento de extensas propriedades territoriais, com alta concentração fundiária, ocorridas mediante as dificuldades enfrentadas pelas repartições públicas e a contradição sobre a legislação sobre as sesmarias. Problema ocorrido posteriormente por causa dos responsáveis pelos assuntos do além-mar, os quais empurravam a ocupação simples de parcelas de terra para uma situação precária de cultivo e moradia.

O camponês, que muitas das vezes era analfabeto e desprovido de meios para influenciar os governantes, assentava em posses que ficavam situadas entre os limites das grandes propriedades, e outros deixavam com que se apossasse de suas terras, pois não lhe era conveniente requerer suas fazendas das sesmarias, já que ainda não se tornara uma terra produtiva.

Assim, sem as autoridades tomarem posição nenhuma, funcionavam dois mecanismos de poder: as posses dominavam as áreas da fronteira econômica, algumas que estavam sujeitas a invasões dos índios, enquanto na sesmarias dominavam as zonas populosas que tinham organização administrativa, social e econômica. Duas situações opostas vivendo dentro de uma mesma realidade.

Segundo Cavalcante (2005), durante o século XIX quase não havia industrialização no país, a economia brasileira era baseada no sistema agrário, o qual dependia da exportação do produto primário o café, que era produzido pelo trabalho escravo. Neste período o tráfico negreiro era um comércio muito lucrativo.

Apesar de que em 1850, surgiu a Lei Eusébio de Queirós a qual aboliu absolutamente o tráfico negreiro, então com esse acontecido era preciso pensar numa forma de substituir do trabalho escravo. Assunto que fez parte dos debates das novas formas de distribuição da terra no Brasil.

Portanto, era necessária uma ordenação jurídica, para que fosse possível revalidar as concessões de sesmarias e legitimar as posses, situação que crescia de forma desordenada no fim do período colonial.

No caso do Brasil, as novas formas de distribuição de terra e a substituição da mão-de-obra escrava eram questões abordadas politicamente, pois uma vez que o desenvolvimento econômico dependia dessas duas fontes.

Em 1843 é apresentada a opinião dos deputados do império, visando realizar um projeto que mudasse a forma como estava sendo feita administração das terras:

Regularização da propriedade territorial:

- Revalidar as sesmarias caídas em comisso (ou seja, que não cumpriram as condições de doação);
- Legitimar as posses de período superior a um ano e um dia e que não ultrapassem meia légua quadrada no terreno de cultura e duas léguas nos campos de criação;
- Registrar e demarcar as posses num prazo de seis meses. Após esse prazo, aplicar multa e, caso após seis anos, não tivessem sido demarcadas nem registradas, seriam incorporadas ao Estado.

Atribuições do Estado:

- Imposto territorial anual, cultivados ou não;
- Taxa de revalidação das sesmarias e legitimação das posses;
- Promoção, pelo governo imperial, da venda de terras devolutas, em porções nunca inferiores a um $\frac{1}{4}$ de légua quadrada e reserva de terras para a colonização indígena e construção naval;
- Proibição de novas concessões de sesmarias, somente terras na faixa de 30 léguas da fronteira;
- Proibição de novas posses.

Colonização Estrangeira:

- Os recursos, assim como os impostos arrecadados nas vendas de terras, serviriam para financiar a vinda de “colonos livres” (CAVALCANTE, 2005,p.4).

A Lei de Terra de 1850 apesar de apresentar diferentes objetivos do projeto apresentando em 1843, sofria de dois grandes problemas: a regularização territorial e a imigração. Com o surgimento dessa nova lei, a terra só poderia ser

adquirida através da compra, não podendo mais permitir novas concessões de sesmarias, muito menos a ocupação por posse.

Dessa forma Cavalcante (2005) demonstra que o problema da imigração foi resolvido a partir da Lei de Terra de 1850, onde permitia a venda de terras aos estrangeiros e, caso houvesse interesse esses poderiam se naturalizar. Mas, para que não houvesse tal facilidade de acontecer essas aquisições as terras eram vendidas por um preço bem alto.

Antes da publicação da Lei de Terras, os lotes eram cedidos aos colonos, que se instalavam por conta própria, após a lei entrar em vigor, o governo cedia às terras apenas as companhias que visando fins lucrativos revendiam aos imigrantes.

A Lei de Terra de 1850 tentou corrigir erros cometidos pelo Brasil durante o período colonial, tais como: as concessões de sesmarias, o crescimento do número de posseiros, e promoveu a imigração com a finalidade de substituir o trabalho escravo. A Lei de Terra de 1850 trouxe resultados significativos em relação à ocupação da terra no Brasil, pois a partir dela a terra deixou de ser vista como privilégio e passou a ser vista como mercadoria capaz de gerar lucros.

Assim, Cavalcante (2005) afirma que após a Lei da Terra de 1850 surge um regulamento da posse das terras em 1854, através do decreto 1318 onde “O regulamento determinava que a partir de um prazo a ser fixado, todos os possuidores deveriam registrar suas terras. Para realizar esse registro, deveriam procurar a paróquia onde se localizavam suas terras.” (Cavalcante,2005,p.7).

A maioria das posses e das sesmarias foi registrada em poder público, pois a Igreja nesse período era oficialmente unida ao Estado, sendo os vigários ou párocos eram os responsáveis por fazer os registros das terras ou mesmo de certidões de nascimento. Com a Proclamação da República em 1889, foi que aconteceu a afirmação do estado enquanto poder público, conseqüentemente, o distanciamento da igreja do poder.

Para organizar a posse das terras públicas, o governo imperial criou a Repartição Geral das Terras Públicas, cujo órgão era responsável por examinar, dividir, descrever as terras devolutas e ministrar sua conservação. Esse órgão era subordinado ao Ministério da Agricultura do Império.

Mas, com esse novo regulamento houve a criação de um órgão responsável pela realização das províncias, que a partir daí adquiriu o cargo de juiz comissário de medição e a Repartição Especial das Terras Públicas. A pessoa que

era indicada ao cargo de juiz comissário era nomeada pelo presidente da província e não tinha o direito de recusar o cargo, pois isso poderia ser motivo de multa. Porém, “A Repartição Geral de Terras Públicas e as repartições especiais nas províncias foram extintas em 1861, quando foi criado o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras.” (CAVALCANTE 2005, p.7).

Toda esta história política pública da posse da terra que faz gerar a concentração fundiária ao mesmo tempo expropriava a classe camponesa, que passar a reivindicar e lutar pela posse da terra, conforme será tratado no tópico seguinte.

2.1 A luta camponesa no Brasil

As lutas camponesas no Brasil, ao longo da sua história, foram marcadas por muita violência, assassinatos e perseguições, e de acordo com Oliveira (1989) o término da escravidão não foi fim das injustiças sociais. Nasce no nordeste latifundiário a sangrenta luta de canudos, onde camponeses e o exército lutaram de forma violenta. “[...] Além de canudo, no final do século, o início dos anos dez marcou, com a guerra do contestado talvez, o maior confronto armado entre os camponeses e o exército no Brasil. De novo a violência esteve presente” (OLIVEIRA, 1989, p. 21).

O autor acrescenta que a guerra do contestado foi a maior guerra popular do Brasil, onde envolveu camponeses do sul do país, de Santa Catarina e do Paraná, deixando mais de três mil mortos.

Palmares, Canudos, Contestado, greves nos cafezais paulistas, muitos têm sido os exemplos de luta na história dos trabalhadores e dos rebeldes. Foi, pois, nesse processo combativo que os trabalhadores do campo foram forjando os movimentos sociais de luta pela terra e pelo estabelecimento de relação de trabalho condizentes com a dignidade humana. (OLIVEIRA, 1989, p. 22).

Segundo o autor, em Goiás a revolta de Trombas e Formoso foi a de maior expressão. Liderados por José Porfírio formaram posses em Uruaçu, em terras devolutas, essas mesmas terras foram griladas por um grupo de fazendeiros, além do juiz e o dono do cartório local. Em uma primeira tentativa os grileiros tentaram comprar, mais o pagamento seria só sobre as benfeitorias, diante da recusa dos posseiros, como forma de pressão os grileiros lançam os jagunços sobre

os camponeses, mais os posseiros resistiram, nisto já havia três mil pessoas na região.

Em forma de apoio foi enviado quatro militante do Partido Comunista, que passaram a morar e trabalhar na área. Dai em diante os camponeses se organizarão em conselhos, desenvolveram trabalho coletivo, como mutirões para organizar guardas, com camponeses armados para proteger de ataques de jagunços e da polícia, e fundaram a Associação dos lavradores de Trombas e Formoso. Já em 1957 o então governo estadual Pedro Ludovico, mandou um forte contingente armado para a região para combater os posseiros, mas o partido comunista propôs um acordo e as tropas foram retiradas.

Todavia, em Formoso e Trombas, o quadro político era de equacionamento do problema fundiário. O Núcleo Hegemônico apoiou Mauro Borges entusiasticamente, já que ele prometera, se eleito, legalizar as terras da região. Sua política sugeria um processo de modernização e nele os comunistas estavam atuantes em várias instâncias, especialmente em alguns órgãos e secretarias, particularmente a do Trabalho. Nesse sentido, a região de Trombas começou gradualmente a se inserir no processo institucional de Goiás, bem como a sentir os efeitos do avanço do capitalismo no campo. (CUNHA, 2009, p. 66).

De acordo com Oliveira (1989), as lutas camponesas ganharam cunho nacional com a formação das ligas camponesas, que teve seu início no nordeste. Que lutava contra um estado de tensão e injustiça a que estavam submetidos os trabalhadores do campo, e as inúmeras desigualdade nas condições gerais do desenvolvimento capitalista do país.

A compreensão do processo de expansão nacional do movimento das ligas camponesas tem que ser entendida, também, no seio da discussão capitalista no Brasil, entre as diferentes tendência políticas da esquerda. Fundamentalmente, com a orientação do partido comunista do Brasil, é criada em 1954 em São Paulo a ULTAB- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – com a finalidade de condenar as associações camponesas então existentes. Esta organização vai funcionar como instrumento de articulação e organização do Partido, na condução e unificação no processo de luta camponesa no seio do processo de lutas dos trabalhadores em geral no país. Este processo deveria caminhar no sentido da revolução democrático-burguesa, como etapa necessária para a revolução socialista. (OLIVEIRA, 1989, p. 28).

O autor destaca, que com os rompimentos e desistências ocorridas no PC após um congresso realizado em Belo Horizonte marca o início das divergências da União dos Trabalhadores (ULTABE), que defendia uma reforma agrária mais sindicalizada, com a liga camponesa que tinha uma proposta mais radical, que por

conseqüência a violência sempre esteve presente assim registrando assassinato das lideranças dos trabalhadores.

De acordo com Fernandes (1998), nas décadas de 1965 a 1985 a agricultura brasileira sofre grandes transformações, pois houve a implantação por parte do governo militar de uma política de desenvolvimento, para a modernização do campo. Só que esta política priorizava uma agricultura capitalista, não beneficiando a agricultura camponesa, em conseqüência gerando desigualdades sociais. São consideradas pelo autor conseqüências nefastas provocadas pela modernização do campo, para a classe dos camponeses:

[...] a política de privilégio à agricultura capitalista e a conseqüente destruição da agricultura camponesa; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e a expropriação de milhões de famílias que migraram para as cidades por para as diferentes regiões brasileiras; o surgimento de milhões de famílias sem-terra. (FERNANDES, 1998, p. 7).

Esse modelo de modernização onde através do desenvolvimento tecnológico no campo beneficiava somente o grande proprietário em desfavor da agricultura camponesa que causou grandes migrações de camponeses para as periferias das cidades e diferentes lugares do Brasil, e assim, proporcionando o aparecimento de milhões de famílias sem terra.

De acordo com o autor, esse modelo de modernização proporcionou o avanço da industrialização e o aumento da população urbana, resultando na crescente transformação da estrutura produtiva. Outro importante fator foi os créditos agrícolas que financiando a modernização tecnológica em alguns setores agrícolas, proporcionou o crescimento do mercado interno, a mundialização da economia e a liberação da mão-de-obra para a agricultura capitalista. Tudo isso contribuiu para o fenômeno da migração rural-urbana.

O autor também destaca o início do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que nasce do enfrentamento da política implantada durante o regime militar, que visava o desenvolvimento e a modernização da agricultura. Esse movimento camponês é marcado pelo retorno do camponês, que sai dos centros urbanos em busca da conquista da terra através da ocupação de latifúndios.

A luta do MST parte contra a expropriação e também contra exploração, buscando uma melhor divisão de terras. Historicamente o MST é remanescente de

luta camponesa do Brasil, desde Canudos, Porecatu, Trombas e Formoso, onde os camponeses brasileiros travaram duras batalhas pelo direito a terra.

No primeiro período da luta pela democracia, de transição política e de rupturas, a classe trabalhadora retoma suas perspectivas conquistando novos espaços no campo e na cidade. Os acontecimentos mais importantes dessas conquistas têm o seu começo assinalado pelas experiências construídas nas lutas populares, que desafiavam as formas institucionais. (FERNANDES, 1998, p.27).

Segundo o autor, através das conquistas o MST ganha força e desencadeia manifestações de trabalhadores por todo o Brasil na busca de reivindicar o direito a terra. Outra grande vitória que os trabalhadores conquistaram foi à criação de um partido político que defendesse seus interesses que foi o Partido dos Trabalhadores (PT), e que através de lutas populares que ocorreram nesse período contribuiu muito para mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas.

Nesse momento de ruptura e desafios às instituições convencionais, os trabalhadores rurais construíram uma nova forma de organização social. As lutas populares que se desenvolveram nesse período contribuíram muito nas mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas, principalmente da Igreja Católica, no “novo sindicalismo” representado pela CUT e na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). (FERNANDES, 1998, p.28).

Ainda segundo o autor, acrescenta que esse partido político, depois de muita luta e desavença tornou-se o segundo maior partido político do país na atualidade, conquistando o cargo máximo da política brasileira, que é a Presidência da República, onde há nove anos exerce o comando (2003-2011).

No início da década de 1970 o regime militar encontrava-se no seu auge quando as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) tornaram o lugar social que possibilitava os encontros dos trabalhadores para se organizar e lutar contra as grandes injustiças, e também a busca pelos seus direitos. Apesar de ter apoiado o golpe de 1964 a igreja começa a mudar em 1973, tendo em vista a realidade do campo brasileiro. Uma das ações da igreja católica foi à criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Esse órgão da igreja teve grande importância na organização e na luta pela terra.

Numa sociedade que vivia um período de governo autoritário, onde a participação praticamente existente e os cidadãos estavam tentando se organizar para a luta pelo direito de ter direito, as CEBs proporcionava um espaço comunicativo. Ali, as pessoas se reúnem para aprender através do método ver, julgar e agir. As CEBs eram escolas de cidadania. O sentido mais importante desta congregação era o espírito da igualdade: todos eram povo de Deus. Esse sentido de igualdade e valorização das pessoas motiva a participação de forma que a timidez e a insegurança eram superadas pelo fato de estarem entre iguais. (MARTINS, 1986 p. 32).

A CPT foi também uma importante articuladora, que propiciou a reunião dos sem terras para as discussões das conjunturas de suas realidades, foi através das trocas de experiências que possibilitou uma maior articulação nacional desse movimento, proporcionando a busca por uma autonomia política. Esse processo de articulação nacional foi sem dúvida um grande avanço, e que se fazia muito necessário, pois as lutas localizadas enfrentavam muitas dificuldades. Com a migração rural urbana o processo de conscientização da luta pela terra também ocorria nas cidades. Deste modo, esta organização nacional fortaleceria o processo de conquista, construindo uma infra-estrutura para a luta.

De acordo com Fernandes (1998), os encontros nacionais de camponeses sem terras representaram a fundação e a organização de um movimento camponês sem-terra de caráter nacional, que iria se organizar para lutar pela reforma agrária. Nesses encontros de camponeses é que foram estabelecidos os objetivos gerais do MST: 1- Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha; 2- Lutar por uma sociedade sem explorador e sem explorados; 3- Ser um movimento de massa, autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; 4- Organizar os trabalhadores rurais de base; 5- Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; 6- Dedicar-se à formação de lideranças e constituir uma direção política dos trabalhadores; 7- Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

Pinheiro (1999) destaca que após muitas lutas camponesas, o governo dos militares implantou o Estatuto da Terra, que parte de dois pressupostos, o primeiro seria o projeto de Reforma Agrária passando pela modernização da política do país e pelo desenvolvimento rural; e segundo seriam as medidas de políticas agrícolas regulando e disciplinando as relações jurídicas de caráter social e econômicas concernentes à propriedade rural.

No tópico seguinte, será apresentada uma discussão conceitual teórica sobre a Reforma agrária.

2.2 A Reforma Agrária

Segundo Rodrigues (1986), a reforma agrária seria a distribuição justa da posse da terra que daria uma oportunidade a todos ao longo do tempo, uma vez que as terras estão se concentrando nas mãos daqueles que já possui terras. Conseqüentemente, aumentando suas propriedades, formando os grandes latifúndios.

Com a propriedade nas mãos de poucos ou com a concentração da propriedade, aparece à injustiça no campo, a injustiça social. Se fica nas mãos de poucos, aumentam as demandas por um pequeno trato de terra, surgindo o conflito social, e com a demanda vêm as mortes e as violências de todo tipo. (MARTINS, 1986, p.13).

Com a Reforma Agrária, a intenção é melhorar a distribuição das terras e assim evitar que a terra fique somente nas mãos de detentores de grandes propriedades. Outra intenção também é aumentar a produção de alimentos. O governo lança a idéia de Reforma Agrária com o objetivo de sanar os problemas do homem do campo, incentivando o plantio e o cultivo da terra.

O autor também destaca que a Reforma Agrária não veio para tomar a terra do povo, dos pequenos fazendeiros que realmente utilizam a terra, sua intenção é utilizar as terras que estão ociosas, ou seja, improdutivas.

Enfim, a Reforma Agrária veio para aproveitar melhor as terras que estão à toa, colocando nelas os agricultores sem terra, que sabem e podem trabalhar. Resumindo mais, reforma agrária veio para encher a mesa de arroz, feijão, farinha, carne, e mesmo uma verdurinha. (MARTINS, 1986, p.14).

A Reforma Agrária tem a intenção de fazer um processo de redistribuição de terras conivente com a lei, promovendo a justiça social, e também o aumento da produtividade, sem causar prejuízo a ninguém. Assim, está descrito no Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. A Reforma Agrária é assim definida no Estatuto da Terra:

- Art.1º, § 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.
- Art.1º, § 2º Entende-se por Política agrícola o conjunto de providências de amparo a propriedade da terra, que se destine a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhe o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização no país. (BRASIL, DOU de 31-11-1964).

Este documento define parceleiro como aqueles que venham a possuir lotes ou parcelas de terra destinadas a reforma agrária. Para que se colocasse em prática o que assegurava o Estatuto da Terra, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e também o Plano Nacional Reforma Agrária (PNRA), da Nova República, na intenção de regulamentar a Reforma Agrária. O PNRA tinha como estratégia um conjunto de programas básicos complementares e também de apoio para os assentados.

O programa básico ou programa de assentamentos dos trabalhadores rurais é responsável pela definição e configuração do processo de transformação das relações da propriedade e das melhorias de condições de acesso a terra. Sintetiza as ações de desapropriação por interesse social ou outras formas que possibilite o acesso a propriedade rural. (PINHEIRO, 1999, p.17).

A autora destaca também outros órgãos que deram suporte para a realização da reforma agrária, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e também a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

De acordo com Pinheiro (1999), através destas organizações foi possível elaborar um processo de seleção, segundo as normas do INCRA, dos candidatos para assentamento em áreas de Reforma Agrária, tendo início durante o processo classificatório e se estende durante o período de assentamento, incluindo também o beneficiário participante de todo o processo. O cadastramento e o processo de inscrição dos candidatos, e que verifica, se estão aptos, através de levantamento de suas características sociais, econômicas e culturais.

Crêterios classificatórios:

- a) Básicos: proprietários de imóveis desapropriados que queira explorar diretamente a parcela; trabalhador assalariado, posseiro, parceiro, arrendatário ou foreiro que viva ou trabalhe no imóvel desapropriado; agricultor cuja imóvel não alcance a dimensão do módulo rural regional, ou seja comprovadamente insuficiente sustento próprio e o de sua família; trabalhador rural sem terra.
- b) Complementares: numero de membros da família,força do trabalho da família,idade do candidato e tempo de atividade agrícola.
- c) Suplementares: residência no município, distancia da moralidade em rela o a área desapropriada, tempo de residência no endereço atual,renda anual da família e associativismo. (PINHEIRO, 1999, p.22).

Existindo também, além destes cr terios os cr terios eliminatórios, atingindo aqueles candidatos que estão fora da faixa etária, que ocupam cargos públicos, que possuem renda superior a um s lario mínimo mensal proveniente de atividades não agrícolas, os acionistas de impressas ou agropecuário, os ex-beneficiários de projetos de assentamentos oficiais de regulamenta o fundiárias e também deficientes físicos e mentais, pelas dificuldades na adapta o ao trabalho no campo, bem como na produ o agrícola.

Ainda de acordo com a autora, a sele o final é feita mediante a legitima o da rela o com os nomes dos beneficiários, e logo em seguida a lista definitiva   sancionada pelo delegado regional. Com rela o ao módulo rural, ele é uma espécie de imóvel rural, que é direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e também por sua família, podendo assim garantir a sua subsistência e um possível progresso. Mas é um fator muito importante a se ressaltar, que este pedaço de terra assim chamado de módulo, é uma unidade mínima e indivisível para a sobrevivência de uma família. No que diz respeito, a propriedade da parcela adquirida, pelo sem terra ele fica impedido de vendê-la em um espaço de tempo.

Quanto ao domínio das parcelas pelas famílias assentadas, tem-se mais recente a Lei n.8.629, de 25 de fevereiro de 1993, em que "a distribui o de imóveis rurais pela reforma agrária far-se-  através de títulos de domínio ou concessões de uso,inegociável pelo prazo de10 anos (dez) anos"(Atr.18) e ainda (Atr.21). (PINHEIRO, 1999, p.24).

Os trabalhadores que já foram assentados têm os benefícios de programas de financiamentos de Reforma Agrária, que foi assegurado pelo estatuto da Terra, estes benefícios têm como objetivos possibilitar meios de sobrevivência de caráter emergencial e instrumentos necessários pra iniciar a atividade agrícola, sendo eles: 1- crédito-alimenta o: destina-se a aquisi o de g neros alimentícios; 2- crédito-fomento: para adquirir ferramentas, equipamento e insumos em geral; 3-

crédito habitação: destina-se para a aquisição de materiais para a construção e outras despesas e que possibilite a construção de uma moradia.

O processo de pagamento destes benefícios é realizado juntamente com o pagamento das parcelas de terra de cada beneficiário.

O ressarcimento do financiamento pode iniciar-se a partir da emissão do título de propriedade, prevista na fase de execução do projeto. Geralmente no Estado de Goiás dá-se após cinco a dez anos de criação do projeto, dependendo do autodesenvolvimento dos parceleiros ou do assentamento. É feito em dez parcelas anuais, com carência de dois anos após a titulação e permiti ainda a opção do ressarcimento integral do parceleiro. (PINHEIRO, 1999, p.25).

Pinheiro (1999) também faz uma abordagem sobre o assentamento São João da Lavrinha, o qual é objeto desta pesquisa. Nesta curta abordagem ela relata como ocorre o processo de sua ocupação, desde o início em Goiânia até a difícil chegada ao município de Goiás, ela também aborda que o acampamento chegou a comportar cerca de 100 famílias, mas somente 28 resistiram os mais de três anos de acampamentos, quando foram assentados.

No próximo tópico será apresentado o Projeto de Assentamento São João da Lavrinha, que é objeto dessa pesquisa monográfica.

3 PROJETO DE ASSENTAMENTO SÃO JOÃO DA LAVRINHA

Este capítulo abordará o histórico do Assentamento São João da Lavrinha, onde relatos feitos pelos mais antigos assentados que vivenciaram todo o processo, desde a problemática da preparação para ocupação da terra até a real conquista da posse do assentamento. Bem como, faz uma análise das práticas coletivas que existiram e que ainda existem no assentamento, e sua relação com a atual luta pela manutenção das parcelas locais.

3.1 Histórico

Segundo relatos de um assentado, senhor Adones Jose dos Santos (informação verbal)¹, o Assentamento São João da Lavrinha surgiu a partir de uma “malandragem”. Em 1990, ainda em Goiânia, ocorreu o primeiro contato de um senhor chamado João Rosa, que começou a reunir pessoas que se interessassem possuir um pedaço de terra. Para isto começou a promover reuniões com pessoas de baixa renda, os alimentando da ilusão de que iriam obter 10 alqueires de terra para morarem e usufruírem da melhor forma possível.

Com o passar do tempo e com mais reuniões ele propôs para as pessoas que a forma de adquirir o direito dessas terras teria que obter uma carteirinha de vínculo com o órgão federal, o qual ele fazia parte. A partir muitas pessoas em buscaram meios de adquirir essa identificação, que na época era um preço caro (Anexo A).

No entanto, algum tempo depois aqueles sem terra passaram a desconfiar do senhor João Rosa, pois sempre faziam reuniões escondidas, nas áreas periféricas de Goiânia. Além disso, ele sempre tentava ganhar tempo de forma que adiasse a data da posse da terra. Porém aquelas reuniões fizeram com que despertasse nos sem terras a esperança de serem assentados, conforme relato do senhor Adones.

¹ Entrevista realizada com o senhor Adones José dos Santos, 58 anos, em sua residência, no Assentamento, no dia 3 de novembro de 2012.

Como havia um sonho de ter uma terrinha para morar com minha família e apenas eu trabalhava para sustentar sete pessoas, persisti em acreditar que aquela era a oportunidade. Alguns dias depois foi fretado um ônibus que levou algumas famílias para tão sonhada terra, mas, eu e minha família ficamos para ir na próxima viagem.

No dia em que foi marcada a vigem, todos ficaram ansiosos para partir. Porém para chegarmos ao local destinado de embarque ficara afastado longe das vistas das pessoas e principalmente da polícia. No entanto, foi preciso alugar o carro do vizinho para levar até o local em que se encontrava o ônibus, quando acabaram de acomodar todos os pertences (roupa, colchões, panelas, ferramentas), fizeram uma fila para apresentar a carteirinha, a qual servia como identificação. Foi quando a polícia chegou e procurou saber quem era o responsável por aquela caravana, no entanto, o senhor João Rosa não se encontrava no local, apenas os seus capangas.

Todos foram levados a delegacia para prestar depoimentos. Logo após a polícia federal explicou que o senhor João Rosa era um vigarista, malandro, picareta, que estava sendo observado há algum tempo, pois estava aplicando o golpe de 10 alqueires para pegar o dinheiro das pessoas, e não tinha terra para colocar todas aquelas famílias, e que estava organizando invasão em terras próximas ao Município de Goiás. Explicado todos os fatos, as famílias foram liberadas, mas, com a advertência de que quem fosse pego participando desses movimentos seriam presos. Então todos voltaram às suas casas.

Ainda segundo o senhor Adones (58), com esse movimento todo um integrante do MST ficou sabendo da história, e procurou saber quais as reais intenções daquelas famílias, no que foi informado pelas famílias que apenas queriam um pedaço de terra para morar e trabalhar. Tempos depois, o responsável do MST arrumou um meio e levou as famílias interessadas para um acampamento que estava acontecendo numa fazenda improdutiva. Passado algum tempo, algumas famílias desistiram outras permaneceram, e após quatro anos debaixo da lona foi chegada a hora da conquista para aqueles que persistiram, quando da divisão das terras para as famílias ali acampadas, terreno onde atualmente é localizado o Assentamento São João da Lavrinha.

Já segundo a senhora Maria dos Anjos (informação verbal)², que também vivenciou a mesma história, fazendo parte da primeira turma que saiu de Goiânia

² Entrevista realizada com a senhora Maria dos Anjos, 56 anos, em sua residência no Assentamento, no dia 04 de novembro de 2012.

rumo à ocupação das terras próximas a Fazenda Lontra, na fazenda eles permaneceram pouco tempo, pois foram despejados e acabaram montando o acampamento na Cidade de Goiás, onde hoje fica a atual Praça do Aeroporto.

Ainda segundo Maria dos Anjos (56), tempos depois, com a vinda do pessoal que havia ficado para traz e com apoio do MST, seguiram juntos para novamente acampar nas terras onde hoje é o Assentamento São João da Lavrinha.

Sendo assim, pode considerar-se que o projeto desse assentamento rural de Reforma Agrária teve início no meio urbano, ou seja, na cidade de Goiânia.

O movimento que resultou na ocupação da Fazenda São João da Lavrinha, por famílias dos sem-terra, iniciou-se por volta de 1989, na periferia de Goiânia, no Jardim Nova Esperança e por iniciativa de um cidadão que fundou uma associação denominada “Comunidade dos Sem Terras do Estado de Goiás”. (PINHEIRO, 1999, p.34).

Através dessa associação, seria supostamente feito um registro para facilitar no acesso ao INCRA-GO, essa seria uma forma de identificação que funcionou de forma duvidosa, levando a ter intervenção policial do estado. Essa ação contou com cerca de três mil associados, pessoas de diversos bairros, que através de um pagamento de mensalidade recebiam as carteirinhas de associados.

De tantas promessas feitas pelo líder da associação apenas algumas foram realizadas, “[...] cujas ações provocaram a intervenção do INCRA-GO e da policia, resultando na detenção temporária do líder, sob acusação de estelionato, exploração de famílias, e irregularidade no estatuto da associação.” (PINHEIRO, 1999, p. 34).

Ainda de acordo com a autora, em 1991 o líder retorna, e o movimento é reativado em pequena proporção, com objetivo de ocupar algumas fazendas próximas do município de Goiás. Mais uma vez esse líder arrecadava dinheiro das famílias, dessa vez com a promessa de adquirir um automóvel para a associação, para então ocuparem a Fazenda Bacuri. “Novamente, a ação não foi concretizada, resultando na fuga do líder para o local ignorado, após deixar o pessoal acampado nas margens do Rio Uvã.” (PINHEIRO, 1999, p. 35).

Assim, as famílias foram largadas lá por quarenta dias, em condições muito difíceis e sem nenhum recurso, sendo que algumas dessas famílias já haviam desfeito de suas moradias em Goiânia.

Desse grupo, algumas famílias retornaram a Goiânia e outras montaram barracos na periferia da cidade de Goiás. A partir de então, surgiram as primeiras manifestações de apoio de representantes do MST e Comissão Pastoral da Terra (CPT). (PINHEIRO, 1999, p. 35)

Então, em outubro de 1991, com a ajuda do MST 42 famílias ocuparam a Fazenda São João da Lavrinha, em dez dias de ação a fazenda chegou a comportar aproximadamente cerca de cem famílias. No entanto, passado 12 meses algumas desistiram, reduzindo o número para 73 famílias.

A autora também destaca, a forma como o assentamento se organizava e funcionava, em consequência da situação a qual se encontravam. Já que a fazenda estava passando por um processo de inventário familiar, ao mesmo tempo sofria disputa da terra pelos trabalhadores rurais e a intervenção do INCRA para uma possível desapropriação.

No período de acampamento que se estendeu por mais de três anos, ocorreram várias tentativas de despejo judicial e várias ações foram impetradas por parte de advogados contratados pela CPT e MST em defesa das famílias. A pressão policial sobre elas foi intensa. (PINHEIRO, 1999, p. 35)

Assim, as famílias se organizaram sob o comando do MST, que os orientaram na instalação, na administração da produção e na estratégia de segurança. Também receberam ajuda da CPT juntamente com a Prefeitura de Goiás, os quais forneceram sementes, insumos, trator, alimentos, material escolar, vestuário e medicamentos.

Ainda de acordo com a autora, passado um tempo da fase de desapropriação da terra os acampados receberam apoio da FETAEG, que ofereceu alojamento para os líderes do acampamento e distribuíram cestas básicas doadas pelo Governo, além de sementes de feijão doadas pela Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA).

Já em 1994, com a desapropriação da área e a emissão do decreto, o MST já não atuava intensamente como antes junto aos acampados. Durante esse período haviam apenas trinta famílias cadastradas, desses apenas 28 foram selecionadas para o projeto do assentamento.

As famílias assentadas, em sua maioria (89,28%), são originárias da periferia de Goiânia. Muitos assentados (78,57%), com antecedentes rurais, trabalhavam como comerciantes, motoristas, vendedores ambulantes, empregados de firmas particulares, pedreiros, eletricitas. Cerca de 52% das famílias entrevistadas possuíam residência própria na cidade de Goiânia e 60% desses venderam seus imóveis para construir no assentamento. (PINHEIRO, 1999, p. 36 e 37).

A autora ressalta também que o parcelamento da área e a distribuição dos lotes foram realizados após a oficialização do projeto juntamente com os assentados. Os lotes tiveram uma variação de 18,2 a 37,5 hectares, com a média de 25 ha por família, sendo essa uma fração mínima de parcelamento do município.

As famílias procuraram exercer influências sobre a divisão das parcelas, de forma que fossem compatíveis as modalidades de produção. Um grupo ficou inclinado à modalidade coletiva de produção, próximos a área reservada apenas para as atividades comunitárias do assentamento, já o outro grupo ficou por conta da exploração restrita da parcela, com a possibilidade de buscar outras formas associativas de produção. No entanto, esses dados parecem não envolver as relações sociais, as atividades festivas e religiosas, ou mesmo o desempenho econômico do assentamento.

3.2 A Prática Coletiva no Assentamento

Sobre a existência de práticas de produção coletiva no Assentamento São João da Lavrinha, algumas conclusões podem ser tiradas mediante depoimento colhido dos assentados. Um desses depoimentos é a fala do senhor Juarez Rodrigues (informação verbal)³, que é um dos assentados mais velhos, e que está no assentamento desde sua origem em Goiânia. Sendo assim, percebe-se que formas de produção coletiva (mutirão e outros), foram de fundamental importância na construção do assentamento.

Segundo o senhor Juarez (77), o mutirão faz parte da cultura camponesa, e que desde o início, durante o processo da ocupação, já se utiliza dessa prática (Foto 1), seja para construção das barracas, derrubadas de mato, para o plantio e até mesmo para pesca, pois ele lembra que ficaram acampados mais de três anos na beira do Rio Vermelho.

Entrevista realizada com o senhor Juarez Rodrigues Paes, 77 anos, em sua residência no Assentamento, no dia 10 de novembro de 2012.

Foto 1- Foto dos camponeses em mutirão, quando ainda estavam acampados.



Fonte- Arquivo da família do senhor Geovano Francisco Gomes.

Além da prática do mutirão, durante este período de acampamento utilizaram-se o plantio de lavoura (roça) comunitária, onde todos os acampados reuniam-se para o preparo da terra, o plantio, a limpeza (carpir) e para a colheita. Assim, uma vez colhida a produção era dividida entre todos os moradores.

Outro morador que deu seu depoimento foi o senhor Elivânio Nunes (informação verbal)⁴, que também está no assentamento desde sua origem. Contando sua história ele afirma que depois que conseguiram a posse na terra, os assentados tentaram várias formas de produção coletiva, entre elas o cultivo da lavoura de mamão; a criação de porcos; a criação de peixes, dentre outras. No entanto, nenhuma dessas produções teve realmente sucesso, pois devido às condições da época e a má administração, além de muitas suspeitas de desvio do dinheiro.

Ainda segundo senhor Elivânio (45), apesar de tudo uma prática que ainda não perdeu são os mutirões, que embora tenha diminuído ainda existe, claro

⁴Entrevista realizada com o senhor Elivânio Nunes da Silva, 45 anos, em sua residência no Assentamento, no dia 15 de novembro de 2012.

que em pequena proporção, pois não se planta a mesma quantidade como antigamente. Pois, hoje grande parte dos moradores é aposentada e não têm mais saúde para trabalhar na roça, e que o mutirão atualmente é utilizado apenas no fim da seca, para a limpeza dos pastos. No entanto, segundo ele não são todos os moradores que participam atualmente.

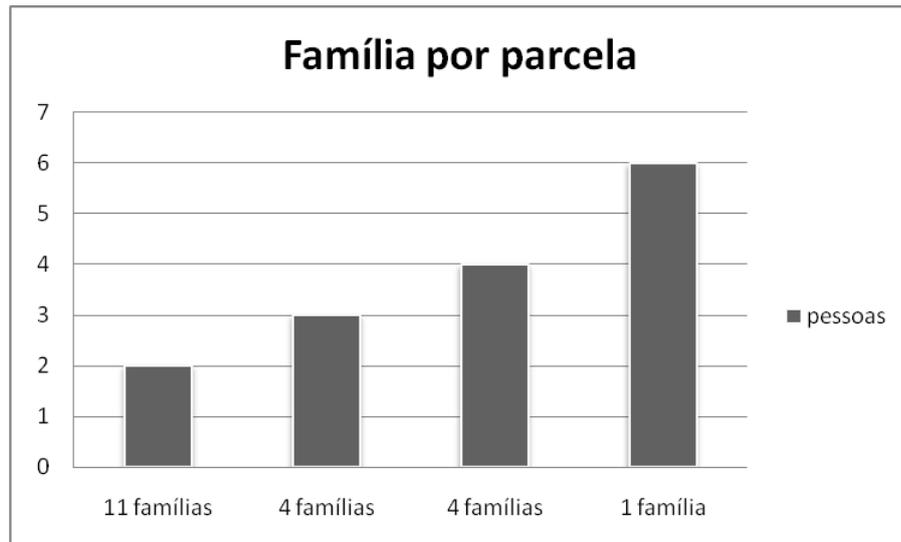
Outro morador entrevistado foi o senhor Pedro Barbosa de Miranda (informação verbal)⁵, que se lembra de algumas ações praticadas quando ainda havia o mutirão, que funcionava como uma espécie de socorro, quando alguns companheiros estavam doentes se organizava uma turma para ajudá-los, que fosse em limpeza da roça de milho, bater o pasto ou até mesmo com ajuda financeira (seja dinheiro, frango, ou mesmo leitão que pudesse ser vendido) para o tratamento.

3.3 O Assentamento na Atualidade

O Assentamento São João da Lavrinha, atualmente possui 28 famílias assentadas. Durante pesquisa de campo foi possível entrevistar 20 famílias, as outras oito famílias restantes não se encontravam no local no momento das visitas.

Através do relato dessas famílias, com relação ao número de pessoas por família assentada, foi possível levantar que ali no assentamento segue a tendência das famílias brasileiras, ou seja, a redução do número de membros familiares, conforme mostra o Gráfico 1.

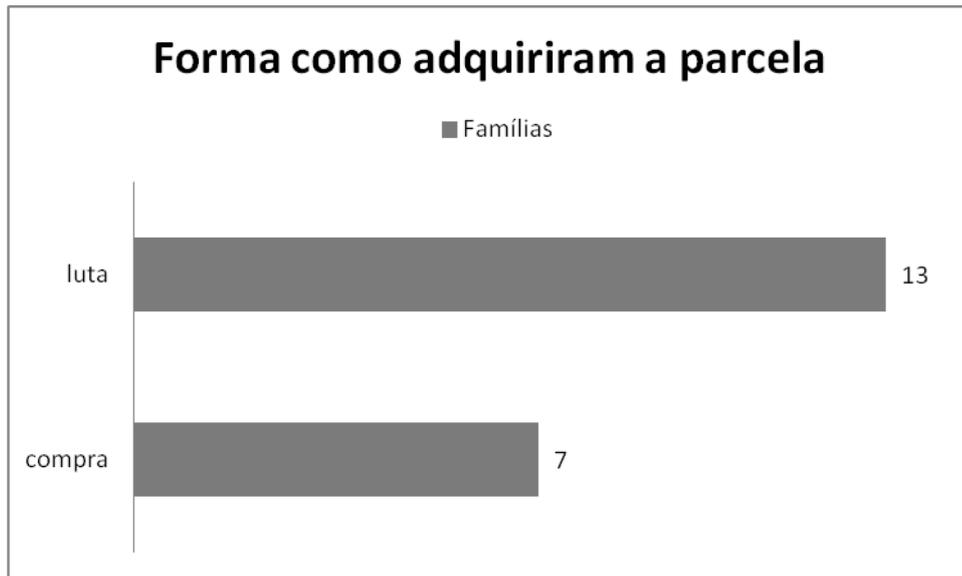
⁵Entrevista realizada com o senhor Pedro Barbosa de Miranda, 57 anos, em sua residência no Assentamento, no dia 20 de novembro de 2012.

Gráfico 1: Demonstrativo do número de pessoas por família do assentamento.

Fonte: Entrevista realizada com os parcelados, no mês de outubro de 2012.

Como mostrou o gráfico, quase a metade das famílias pesquisadas são formadas por apenas duas pessoas. Ou seja, sete das 20 famílias entrevistadas têm apenas duas pessoas morando na parcela, sendo que a maioria dessas são pessoas que recebem benefícios da aposentadoria. Com quatro pessoas morando na parcela são quatro famílias, entre as 20 pesquisadas. Já com seis pessoas na família existem apenas uma parcela.

Foi constatado também através que nem todas as famílias que moram ali obtiveram a terra pela luta camponesa, pois alguns compraram os direitos de posse. Sobre a forma como adquiriram a parcela, foi levantado que 65% das 20 famílias pesquisadas conquistaram a parcela por meio da luta, ou seja, estão no assentamento desde a sua origem (Gráfico 2). Sendo que somente 35% compraram as parcelas.

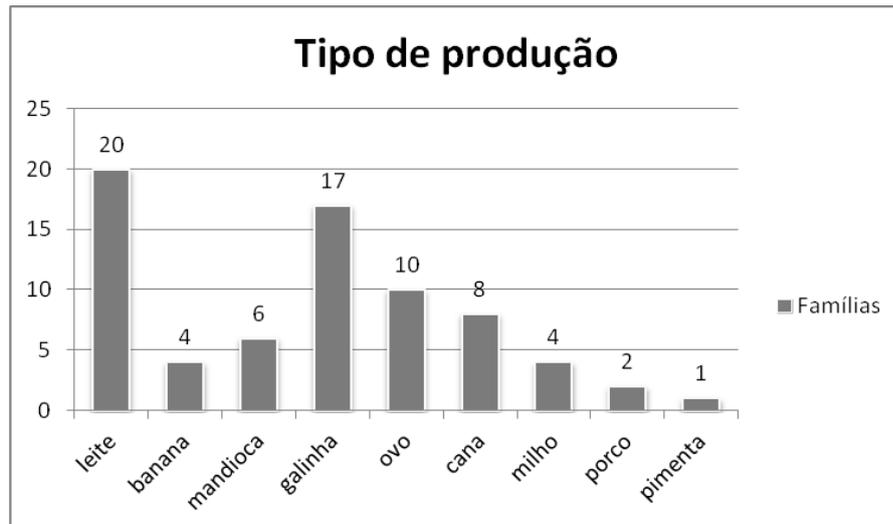
Gráfico 2: Demonstrativo de famílias que obtiveram a parcela pela luta e pela compra.

Fonte: Entrevista realizada com os assentados, durante o mês de outubro de 2012.

Importante ressaltar no entanto, que essas famílias que adquiriram as parcelas por meio da compra do direito de posse, tiveram seus lotes legalizados por parte do INCRA-GO, por serem camponesas e por sua história de vivência na terra.

Diante da forma como dividiram as terras, influenciou no modo de produção de cada família, pois terrenos inclinados são mais difíceis de produzir, devido a ação das águas das chuvas que provocam o escoamento da terra e acaba prejudicando o solo, de forma que carrega os nutrientes e os minerais. Assim, muitas famílias a princípio contaram com a ajuda do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), e outros órgãos institucionais que os ajudavam fornecendo além de assistência técnica, também as sementes para produção. Os assentados procuravam trabalhar com a terra da melhor forma possível.

Após um longo período de tentativa de produção coletiva, e com a falta de sucesso nas plantações comunitárias, as famílias optaram por trabalhar de forma individual nas parcelas. Dessa forma, a maioria das famílias optaram por um meio de produção menos minucioso, a produção leiteira, conforme mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3: Demonstrativo no modo de produção.

Fonte: Entrevista com os parcelados, durante o mês de outubro de 2012.

Percebe-se que 100% das famílias pesquisadas trabalham com a criação de gado leiteiro; 85% trabalham com a criação de galinha; 10% com criação de suínos; 40% cultivam a cana; 30% cultivam a mandioca; 20% plantam banana; 20% cultivam o milho para alimentar as criações; e apenas 5% produz a pimenta.

Percebe-se que, de acordo com a produção sabe-se que o produto excedido do consumo se torna fonte de renda para as famílias assentadas, onde os mesmos buscam alternativas de sobrevivência, optando por diversos tipos de produção e criação, que são mais acessíveis ao camponês (Foto 2).

Foto 2- Criação de porco caipira, que é complemento de renda de um assentado.

Autor- Adones José dos Santos Junior - 2012

Por isso, além com a venda do leite e dos bezerros, os camponeses trabalham com o cultivo da lavoura, principalmente do milho e da mandioca (Foto 3), porém em pequena quantidade. Da mandioca fabricam o polvilho e a farinha. Também cultivam a pimenta e a banana.

Foto 3- Plantação de mandioca em uma parcela do assentamento.

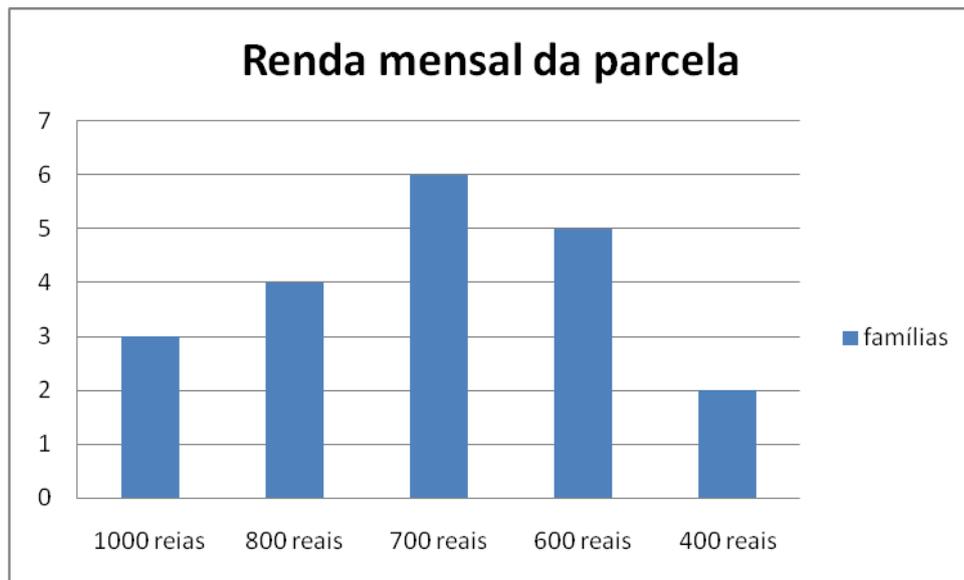


Autor- Adones José dos Santos Junior – 2012

Outra fonte de renda de quase todos assentados é a criação de galinhas, onde comercializam também os ovos. Da plantação de mandioca fabricam a farinha e o polvilho. Também em quase todas parcelas tem plantação da pimenta e da banana, mesmo que seja em pequena quantidade para consumo próprio.

Porém, é buscando essas alternativas de produção que o parceleiro adquire a renda mensal da produção da parcela (Gráfico 4), resultando em salários que podem variar de 400 reais até 1.000 reais mensais, por família.

Gráfico 4: Demonstrativo da renda dentro da parcela.



Fonte: Entrevista realizada com os parcelados, durante o mês de novembro de 2012.

No entanto, esse montante mensal recebido pelos assentados, só é possível devida a utilização da mão-de-obra familiar para a produção. Lembrando também que existe no local a ação coletiva dos parceiros, onde é feito multirões, seja para capinar as lavouras ou roçar as pastagens.

Importante ressaltar que todos os parceiros pesquisados fazem parte da Associação do Assentamento São João da Lavrinha, que é uma forma de fortalecer as lutas camponesas para que sejam atendidas as suas necessidades. Um benefício conquistado pelos assentados é um resfriador de leite (Foto 3), uma vez que todos praticam a pecuária leiteira.

Foto 4- Resfriador de leite adquirido pela associação dos assentados



Autor- Adones José dos Santos Junior - 2012

Uma das práticas coletivas existentes no assentamento é produção leiteira, onde através da associação os parceiros adquiriram um resfriador para possibilitar que a produção tenha melhor desempenho.

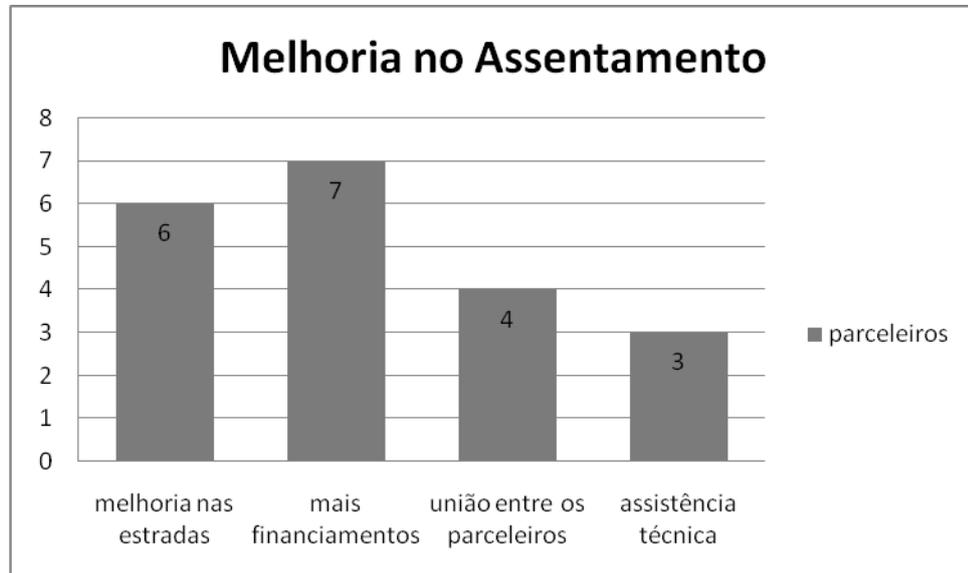
Dentre os entrevistados, quando questionado se estão satisfeitos em serem assentados, as 20 famílias disseram que sim e que pretendem continuar com suas parcelas; 13 das 20 famílias justificaram que mesmo havendo muitas dificuldades (seja falta de atendimento médico, estradas ruins), eles não pretendem se desfazer da parcela. Quando eles afirmam que não irão negar suas origens, além de que a vida no campo é mais tranquila, e que não precisam se preocupar com os problemas urbanos, tais como: poluições sonoras, trânsito, assalto, entre outros.

Entretanto, a maioria dos parceiros não vivem só através trabalho físico, mas também do trabalho espiritual, ou seja, exercitam a sua fé, pois muitos frequentam as pequenas igrejas do assentamento vizinho, seja evangélica ou católica.

Como último questionamento feito aos parceiros, sobre sugestões para melhorar a vida dos assentados, o que mais vezes citaram foi à falta de manutenção nas estradas (8 vezes); mais financiamentos aos assentados (6 vezes); melhoria na assistência técnica (6 vezes); e até mesmo mais união entre os parceiros (3

vezes), para que possam cada vez mais conquistar seu espaço e seus direitos (Gráfico 5).

Gráfico 5: Demonstrativo de sugestões para melhor o Assentamento.



Fonte: Entrevista realizada com os parcelados, durante o mês de novembro de 2012.

Mediante o gráfico acima, fica evidente que o anseio dos parceiros do Assentamento São João da Lavrinha não é diferente dos demais camponeses espalhados por este Brasil, onde reivindicam soluções para a mobilidade, acesso a recursos para fazer a terra produzir, união da classe e assistência técnica para produzirem melhor, o que significa que estão dispostos ao aprimoramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das luta pela terra proveniente de movimentos fundamentados na Reforma Agrária, fica evidente as dificuldades que os assentados em projetos de Reforma Agrária enfrentam em seu cotidiano, despertando uma percepção mais ampla sobre o assunto em questão.

O movimento dos sem-terra é uma ferramenta utilizada para chamar a atenção das pessoas, que geralmente não têm noção do caminho que é percorrido por esses cidadãos que lutam para terem uma terra, um lugar para morar, pois infelizmente muitas pessoas vêm as atitudes dos assentados como destruição.

Para demonstrar todas as dificuldades enfrentadas por essas famílias, trago em pauta minha própria história de vida, como filho de assentado. Por meio de uma investigação científica, foi possível identificar e comprovar como se deu o Assentamento São João da Lavrinha.

Apesar de conhecer as limitações vivida pelas famílias, percebe-se que muitas não desistiram do sonho de ter uma terrinha para morar, retirar seu sustento, e criar uma família longe dos problemas urbanos.

Quanto ao número reduzido de pessoas morando nas parcelas, onde na maioria das famílias tem somente duas pessoas residindo na casa, e que muitos são aposentados, vivendo da renda do leite e do benefício da aposentadoria, percebe-se ser esta uma realidade não só de assentamentos, mas do campo brasileiro. Pois os filhos estão buscando novas formas de viver na cidade, não dando sequência na cotidiano da agricultura familiar.

Percebe-se também que as práticas de produção coletiva existentes no assentamento é um importante elemento para a manutenção das parcelas locais, pois agiliza e facilita o trabalho do camponês. Um vez que, mesmo em menor proporção na atualidade, o mutirão é uma prática constante no Assentamento São João da Lavrinha.

Como o autor Lacerda (2007) aborda, é preciso práticas coletivas dentro dos assentamentos como estratégia de sobrevivência, que muitas das vezes soluciona os problemas financeiros na produção agrícola.

No que diz respeito a renda mensal das parcelas, no momento em que foram levantados os dados, foi possível perceber um pequeno receio de falar o real valor que cada família recebia, tanto a renda gerada dentro da parcela, quanto o que

obtem fora dela, seja por meio da aposentadoria, pensão, ou mesmo serviços prestados para os vizinhos.

Ao fim da pesquisa, ao serem questionados se tinham vontade de se desfazer das terras, a resposta foi direta e simples: “não”.

Sobre as dificuldades que eles enfrentam, houve sugestões de melhorias ressaltadas por eles mesmos, entre elas: melhoria nas estradas, mais financiamentos e assistência técnica. Porém a pesquisa mostra que eles não negam suas origens do campo, e de pessoas simples e batalhadoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Terra e Legislação Agrária**. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 / Legislação Complementar / Índice Remissivo. DOU de 31/11/1964. Fechamento desta edição: DOU de 14-2-2008. São Paulo: Atlas, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Editora da FFLCH, 2007.

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. Artigo publicado na edição nº 2 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>>. Acesso em: 28 de junho de 2012.

COSTA, Rogério Haesbaert . **O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”**. *Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia*. Curitiba: AGB, 1994.

COSTA, Rogério H. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CUNHA, Paulo Ribeiro. Trombas: um ensaio revolucionário. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M.I.(orgs). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora da UNESP, vol. 1, 2009.

DINIZ, Monica. **Sesmarias e Posse de Terras: Política Fundiária para assegurar a Colonização Brasileira**, 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/Sesmarias.pdf>>. Acesso em: 22 de junho de 2012.

FABRINI, João E.- **Os camponeses e as suas diferentes práticas coletivas**. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/n4_art_01.pdf>. Acesso em: 21 de setembro de 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: Pires, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora da UNESP, vol. 1, 2009.

GODOI, Emilia Pietrafesa- **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora da UNESP, vol. 1, 2009.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia : Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

LACERDA, Automar Guedes- **Formas de Cooperação e Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/FORMAS%20DE%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20E%20REFORMA%20AGR%C3%81RIA1.pdf>>. Acesso em: 26 de setembro de 2012.

MARTINS, Nelson Rodrigues. **Cartilha da Reforma Agrária**. Goiânia: Copyright, 1986.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia**. São Paulo- SP, 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino- **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1989.

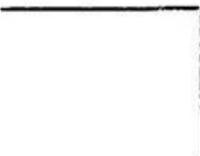
PINHEIRO, Ana Maria. **Assentamento de Reforma Agrária em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

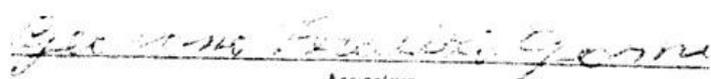
SANTOS, Milton- **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In : CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) **Geografia : Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ANEXOS

ANEXO A- Cópia de uma carteira de sócio, pertencente a um membro da comunidade fundada pelo senhor João Rosa.

| | |
|---|--|
|  | COMUNIDADE SEM TERRA DO ESTADO DE GOIAS |
| | Nome <u>GEOVANO FRANCISCO GOMES.</u> |
|  | Profissão <u>LAVRADOR.</u> |
| | C. I. n.º <u>1.72989 SSP/GO.</u> |
| | CPF n.º <u>ASSOCIADO.</u> |
| Presidente | |

| | |
|-----------------|--|
| End | <u>Rua Nova Qd.58~1</u> |
| Bairro ~ | <u>Esper~a-Cjã.G~</u> <u>GO</u> c. L. do <u>G~</u> |
| filiação | Mãe <u>Maria A. Leit~</u> |
| Nacionalidade | <u>Brasile i ro..</u> |
| Naturalid2de | <u>S11vania - GO.</u> |
| Estado Civil | <u>Casado--</u> 1: <u>~</u> |
| Data da Em,ssão | <u>02.. 71--</u> do <u>AgQsh</u> de 199~ |
| |  Assinatura |

ANEXO B – Questionário aplicado com as famílias assentadas

QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ASSENTADOS NO ASSENTAMENTO SÃO JOÃO DA LAVRINHA

1. Nome do parceleiro: _____
2. Numero de membros da família: _____
3. Tamanho da parcela: _____
4. Forma que adquiriu a parcela?

5. Tipos de produção?

6. Produtos que comercializa?
- _____
- _____

7. Renda mensal da parcela?
- _____
- _____

8. Renda mensal fora da parcela?
- _____

9. Forma de produção?
() individual () mão-de-obra familiar () mão-de-obra contratada
10. Existe ação coletiva (de grupo) ou individual por parcela?

11. Quais os tipos de ações?
- _____
- _____

12. Periodicidade (frequência) da ações?
- _____

13. Participa de algum tipo de associação? Qual?
- _____
- _____

14. Cite ações das entidades de classe?
- _____
- _____

15. Se não participam, por quê?
- _____
- _____

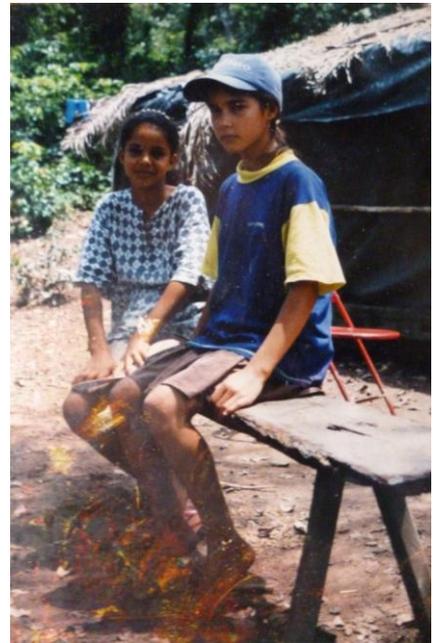
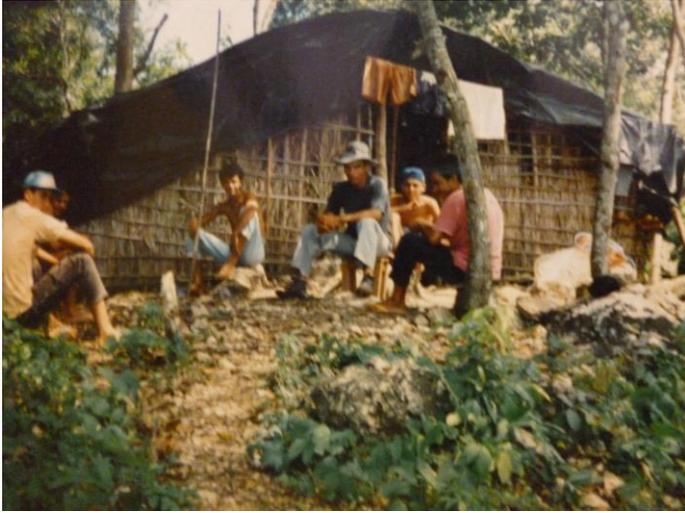
16. Pretende continuar com a parcela?

17. Existe algum tipo de assistência técnica no assentamento?

18. Participa de praticas religiosas no assentamento? Qual?

19. Sugestões para melhorar a vida do assentado?

ANEXO C- Fotos da época em que estavam ainda acampados.



ANEXO D- Fotos atuais nas parcelas do assentamento São João da Lavrinha

